



MASTER ESCRITORIO DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E VENDAS
49.550.277 LEOCLIDES MAYKOL FORMENTINI

CNPJ 49.550.227/0001-08

Avenida João Pedro de Moura, Nº389, Centro, Redentora/RS

Celular: (55) 99924-2469

E-mail: masterassessoria23@gmail.com

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO/RS**

**REF.: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2025 –
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2025**

LEOLIDES MAYKOL FORMENTINI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 49.550.227/0001-08, com sede na Avenida João Pedro de Moura, 389, centro, Redentora/RS, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, nos termos do item 18 do edital e do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Processo de Licitação nº99/2025, referente ao Pregão Presencial nº 21/2025, nos seguintes termos:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O Pregão Presencial nº 21/2025 tem como objeto a contratação de empresa(s) para prestação de serviços de mecânica, incluindo o fornecimento de peças novas, conforme demanda eventual e futura, para manutenção preventiva e corretiva da frota municipal.

Entretanto, o Edital prevê, em seu item 2.10 – Do fornecimento dos serviços e do transporte, a seguinte exigência:

"a) Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser prestados na área de abrangência do território do município, ou seja, as oficinas



MASTER ESCRITORIO DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E VENDAS
49.550.277 LEOCLIDES MAYKOL FORMENTINI

CNPJ 49.550.227/0001-08

Avenida João Pedro de Moura, Nº389, Centro, Redentora/RS

Celular: (55) 99924-2469

E-mail: masterassessoria23@gmail.com

mecânicas prestadoras dos serviços dos licitantes deverão estar instaladas no território do município de Rodeio Bonito."

Tal cláusula impõe uma **restrição territorial absoluta** à prestação dos serviços, o que enseja a presente impugnação.

2. DA RESTRIÇÃO ILEGAL E INDEVIDA DA COMPETITIVIDADE

A exigência contida no item 2.10 viola frontalmente os princípios da ampla competitividade e da economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, conforme se passa a demonstrar:

O **art. 5º**, da referida lei estabelece como princípio basilar o da competitividade, segundo o qual a Administração Pública deve assegurar a participação do maior número possível de interessados.¹

O **art. 11**, da referida lei, estabelece como princípio fundamental o da seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública, assegurando-se, ainda, tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição.²

A exigência de que as oficinas estejam obrigatoriamente instaladas dentro do município impõe uma restrição territorial desproporcional e sem justificativa técnica, limitando indevidamente a participação de empresas capacitadas e qualificadas que atuam em municípios próximos.

¹ BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm. Acesso em: 23 maio 2025

² BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm. Acesso em: 15 maio 2025.



MASTER ESCRITORIO DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E VENDAS
49.550.277 LEOCLIDES MAYKOL FORMENTINI
CNPJ 49.550.227/0001-08

Avenida João Pedro de Moura, Nº389, Centro, Redentora/RS

Celular: (55) 99924-2469

E-mail: masterassessoria23@gmail.com

Trata-se, portanto, de uma cláusula restritiva à competitividade, com potencial para direcionar o certame, favorecendo exclusivamente empresas locais.

3. DA FALTA DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A RESTRIÇÃO

Não se verifica no Edital — tampouco em quaisquer documentos anexos — qualquer justificativa técnica plausível para a imposição da referida exigência.

A limitação geográfica não se justifica, visto que:

Empresas sediadas em municípios próximos são plenamente aptas a prestar os serviços com eficiência, qualidade e tempestividade;

O deslocamento de veículos ou a realização de serviços por empresas de fora do município não compromete a continuidade dos serviços públicos, especialmente considerando que se trata de serviços de manutenção preventiva e corretiva, normalmente programáveis.

Assim, a exigência contida no item 2.10 não se sustenta à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, configurando verdadeira barreira injustificada à livre concorrência.

4. DA OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, COMPETITIVIDADE E ECONOMICIDADE

A restrição em questão:

Compromete a isonomia, impedindo que empresas igualmente capacitadas possam participar do certame;



MASTER ESCRITORIO DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E VENDAS
49.550.277 LEOCLIDES MAYKOL FORMENTINI

CNPJ 49.550.227/0001-08

Avenida João Pedro de Moura, Nº389, Centro, Redentora/RS

Celular: (55) 99924-2469

E-mail: masterassessoria23@gmail.com

Afeta a economicidade, pois reduz o universo de potenciais licitantes, limitando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública;

Configura um evidente direcionamento do certame, em afronta ao disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração a busca da proposta mais vantajosa e a preservação da isonomia entre os licitantes.

Ademais, convém destacar algumas decisões recentes, em âmbito nacional, que tratam diretamente do tema ora discutidas:

1. Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) – Prejulgado nº 27

O TCE-PR estabeleceu que a restrição geográfica em licitações só é admissível quando devidamente justificada, não podendo ser apresentada de maneira genérica. A ausência de justificativa técnica específica pode configurar direcionamento indevido do certame, violando os princípios da isonomia e da ampla competitividade.³

2. Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) – Acórdão nº 1516/2024

Neste acórdão, o TCE-PR reiterou a necessidade de observância das prescrições contidas no Prejulgado nº 27, enfatizando que qualquer restrição à participação de licitantes baseada em localização geográfica deve ser

³ MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Prejulgado nº 27 do TCE-PR: restrição geográfica em licitações deve apresentar justificativas específicas**. Curitiba: MPC-PR, 29 fev. 2024. Disponível em: <https://www.mpc.pr.gov.br/index.php/prejulgado-no-27-do-tce-pr-restricao-geografica-em-licitacoes-deve-apresentar-justificativas-especificas/>. Acesso em: 23 maio 2025.



MASTER ESCRITORIO DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E VENDAS
49.550.277 LEOCLIDES MAYKOL FORMENTINI

CNPJ 49.550.227/0001-08

Avenida João Pedro de Moura, Nº389, Centro, Redentora/RS

Celular: (55) 99924-2469

E-mail: masterassessoria23@gmail.com

devidamente fundamentada, sob pena de violação aos princípios da legalidade e da competitividade.⁴

3. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) – Informativo de Jurisprudência Edição Especial nº 250

O TCE-MG destacou que a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) reforça a necessidade de justificativas técnicas para quaisquer restrições em editais, incluindo as de natureza geográfica, para assegurar a ampla competitividade e evitar direcionamentos indevidos.⁵

Vale destacar que a própria jurisprudência dos Tribunais de Contas se posiciona de forma reiterada contra restrições territoriais infundadas em procedimentos licitatórios, justamente por comprometerem os princípios da isonomia e da ampla concorrência.

5. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

a) O acolhimento desta impugnação, com a consequente **retificação do Edital**, para que seja **suprimida a exigência contida no item 2.10**, permitindo-se a participação de empresas sediadas fora do Município de Rodeio Bonito/RS, desde que aptas a cumprir as obrigações contratuais;

⁴ TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Restrição geográfica indevida em licitação gera determinação a Querência do Norte**. Curitiba: TCE-PR, 6 set. 2023. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/restricao-geografica-indevida-em-licitacao-gera-determinacao-a-querencia-do-norte/10767/N>. Acesso em: 23 maio 2025

⁵ TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Informativo de Jurisprudência – Edição Especial n. 250**. Belo Horizonte: TCE-MG, 2024. Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111625709>. Acesso em: 23 maio 2025.



MASTER ESCRITORIO DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E VENDAS
49.550.277 LEOCLIDES MAYKOL FORMENTINI

CNPJ 49.550.227/0001-08

Avenida João Pedro de Moura, Nº389, Centro, Redentora/RS

Celular: (55) 99924-2469

E-mail: masterassessoria23@gmail.com

b) Caso mantida a exigência, que seja apresentada **justificativa técnica idônea**, que demonstre, com clareza e objetividade, a imprescindibilidade da limitação geográfica;

c) A **suspensão dos prazos** do certame, até decisão definitiva sobre esta impugnação, nos termos do **art. 164, § 3º, da Lei nº 14.133/2021**;

d) Por fim, alerta-se que, **em caso de não acolhimento desta impugnação e manutenção da irregularidade apontada**, serão adotadas as medidas cabíveis, com o **encaminhamento de denúncia ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS) e ao Ministério Público**, para a apuração de eventual violação aos princípios que regem as contratações públicas.

Cumprir informar que este documento será **assinado digitalmente e encaminhado via e-mail** ao endereço eletrônico disponibilizado pelo Município, para assegurar a sua formal ciência.

Ainda, esta empresa já apresentou **impugnações semelhantes em outros municípios**, que **não foram sequer respondidas** pela Administração. Destaca-se, contudo, que possui **prova do envio das impugnações através de registros de e-mails**, que poderão ser **juntados aos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público**, para comprovação de eventual omissão da Administração Pública e adoção das medidas legais cabíveis.

Rodeio Bonito/RS, em 23 de Maio de 2025.

49.550.277 LEOCLIDES MAYKOL FORMENTINI
CNPJ 49.550.227/0001-08